



# PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2015-2020

[VERSÃO 1.1]

**Conselho Local de Ação Social de Santo Tirso**  
abril de 2015

## : FICHA TÉCNICA

: **Título** Plano de Desenvolvimento Social 2015-2020

: **Autor** Conselho Local de Ação Social de Santo Tirso

: **Data** abril de 2015

: **Versão** 1.1

: **Edição** Câmara Municipal de Santo Tirso

Divisão de Coesão Social

Rua Dr. José Cardoso Miranda, 18

4780-451 Santo Tirso

Correio eletrónico: [redesocial@cm-stirso.pt](mailto:redesocial@cm-stirso.pt)

URL: [www.cm-stirso.pt/pages/392](http://www.cm-stirso.pt/pages/392)

# : ÍNDICE

3	: Índice de tabelas
5	: Siglas e acrónimos
7	: Introdução
11	: Capítulo I. Configurações metodológicas
15	: Capítulo II. Uma incursão pela estratégia nacional, regional e metropolitana – Portugal 2020
20	: Capítulo III. Vias para o desenvolvimento social de Santo Tirso
21	: III.i. Eixos estratégicos de intervenção
22	: III.ii. Planeamento a 6 anos: a estratégia 2015-2020
26	: III.iii. Projetos para o futuro
29	: Capítulo IV. Sobre o processo de avaliação do plano
31	: Capítulo V. Planos de ação anuais
32	: V.i. Plano de ação para 2015
41	: V.ii. Plano de ação das CSF e das CSIF para 2015
48	: Referências bibliográficas
51	: Anexos

## **: ÍNDICE DE TABELAS**

- 23 : Tabela 1. Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Crianças e jovens
- 24 : Tabela 2. Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Deficiência
- 24 : Tabela 3. Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Violência doméstica
- 24 : Tabela 4. Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Idosos
- 25 : Tabela 5. Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Saúde mental
- 25 : Tabela 6. Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Dependências
- 26 : Tabela 7. Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Sem abrigo
- 26 : Tabela 8. Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – redes de cooperação
- 27 : Tabela 9. Equipamentos/valências futuros referenciados pelos parceiros do CLAS de Santo Tirso, em novembro de 2014
- 33 : Tabela 10. Plano de Ação para 2015 na área das ‘crianças e jovens’
- 34 : Tabela 11. Plano de Ação para 2015 na área da ‘deficiência’
- 35 : Tabela 12. Plano de Ação para 2015 na área da ‘violência doméstica’
- 36 : Tabela 13. Plano de Ação para 2015 na área dos ‘idosos’
- 37 : Tabela 14. Plano de Ação para 2015 na área da ‘saúde mental’
- 38 : Tabela 15. Plano de Ação para 2015 na área das ‘dependências’
- 39 : Tabela 16. Plano de Ação para 2015 na área dos ‘sem-abrigo’
- 40 : Tabela 17. Plano de Ação para 2015 na área das ‘redes de cooperação’
- 42 : Tabela 18. Plano de Ação para 2015 da CSF de Além Rio
- 43 : Tabela 19. Plano de Ação para 2015 da CSIF das Arribas do Vizela
- 44 : Tabela 20. Plano de Ação para 2015 da CSF de Santo Tirso
- 45 : Tabela 21. Plano de Ação para 2015 da CSIF de Vale do Leça

**46** : Tabela 22. Plano de Ação para 2015 da CSF de Vila das Aves

**47** : Tabela 23. Plano de Ação para 2015 da CSIF da Zona Nascente

## **: SIGLAS E ACRÓNIMOS**

<b>ACES</b>	Agrupamentos de Centros de Saúde
<b>ACIST</b>	Associação Comercial e Industrial de Sato Tirso
<b>ACOD</b>	Associação Criar Oportunidades à Deficiência
<b>AISTN</b>	Associação do Infantário de S. Tomé de Negrelos
<b>AIVA</b>	Associação do Infantário de Vila das Aves
<b>AMCHR</b>	Associação de Moradores do Complexo Habitacional de ringe
<b>AMP</b>	Área Metropolitana do Porto
<b>ASAS</b>	Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso
<b>ATL</b>	Atividades de Tempos Livres
<b>CAAAPD</b>	Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação da Pessoa com Deficiência
<b>CAFAP</b>	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
<b>CAID</b>	Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente
<b>CASL</b>	Casa de Acolhimento Sol Nascente
<b>CASTIIS</b>	Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguêdo
<b>CAT</b>	Centro de Acolhimento Temporário
<b>CEB</b>	Ciclo do Ensino Básico
<b>CHMA</b>	Centro Hospitalar do Médio Ave
<b>CLAS</b>	Conselho Local de Ação Social
<b>CMST</b>	Câmara Municipal de Santo Tirso
<b>CPCJ</b>	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
<b>CRI</b>	Centro de Respostas Integradas
<b>CSB</b>	Centro Social de Burgães
<b>CSF</b>	Comissão Social de Freguesia
<b>CSF-AR</b>	Comissão Social de Freguesia de Além Rio
<b>CSF-ST</b>	Comissão Social de Freguesia de Santo Tirso
<b>CSF-VA</b>	Comissão Social de Freguesia de Vila das Aves

<b>CSIF</b>	Comissão Social de inter-freguesias
<b>CSIF-AV</b>	Comissão Social de inter-freguesias das Arribas do Vizela
<b>CSIF-VL</b>	Comissão Social de inter-freguesias de Vale do Leça
<b>CSIF-ZN</b>	Comissão Social de inter-freguesias da Zona Nascente
<b>CSPV</b>	Centro Social e Paroquial de Vilarinho
<b>CSSR</b>	Centro Social de S. Rosendo
<b>CVP-DST</b>	Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Santo Tirso
<b>EMAT</b>	Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais
<b>FEAMP</b>	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
<b>FNA</b>	Fraternidade de Nuno Álvares
<b>IGFEJ</b>	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça
<b>INE</b>	Instituto Nacional de Estatística
<b>IPSS</b>	Instituição Particular de Solidariedade Social
<b>ISCMST</b>	Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso
<b>JF</b>	Junta de Freguesia
<b>MEL</b>	Matriz de Enquadramento Lógico
<b>PA</b>	Plano de Ação
<b>PDS</b>	Plano de Desenvolvimento Social
<b>PME</b>	Pequenas e Médias Empresas
<b>PSP</b>	Polícia de Segurança Pública
<b>PTSGP</b>	Plataforma Territorial Supraconcelhia do Grande Porto
<b>RLIS</b>	Rede Local de Intervenção Social
<b>RS</b>	Rede Social
<b>SAD</b>	Serviço de Apoio Domiciliário
<b>SICAD</b>	Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências
<b>UCC</b>	Unidade de Cuidados na Comunidade
<b>UDSR</b>	União Desportiva e Social de Roriz
<b>UFA</b>	Unidade Funcional de Areias

# **: INTRODUÇÃO**



Inicia-se, com o atual documento, um novo ciclo de planeamento em Santo Tirso, no que à Rede Social (RS) diz respeito. Pela quarta vez consecutiva desde a criação da RS no concelho, em 2002, o Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Santo Tirso apresenta uma estratégia para o desenvolvimento social, neste caso para os próximos seis anos. Elaborado entre os meses de outubro e novembro de 2014, este Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2015-2020 não deverá ser encarado, porém, com um documento isolado. O seu conteúdo assenta numa lógica de continuidade, tendo sempre presente os planos anteriores e a atualização do diagnóstico social de referência.

A sua elaboração reveste-se ainda de maior importância pelo momento em que é aprovado, coincidente com o início do novo quadro comunitário de apoio, cujas prioridades de intervenção serão enunciadas mais à frente. De resto, esta constatação motivou a Área Metropolitana do Porto (AMP) – em que Santo Tirso está integrado – a trabalhar a estratégia supraconcelhia com propostas de intervenção transversais aos seus municípios. O enquadramento deste PDS no horizonte 2020 afigura-se, pois, uma clara necessidade e uma evidência da concertação social, que se espera obter em prol do desenvolvimento regional.

Com o destacado envolvimento das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Inter-freguesias (CSIF) e dos técnicos de intervenção social concelhios, cujo trabalho de terreno e de proximidade às famílias se afigura absolutamente central neste processo, as linhas orientadoras que se apresentam nas páginas seguintes resultam do esforço, articulação e cooperação desenvolvidos por vários parceiros da RS, com o objetivo partilhado de minimizar os efeitos da exclusão social nos grupos sociais de maior vulnerabilidade. A solidificação da RS que referimos no anterior PDS parece-nos estar agora ancorada em traços consistentes de uma parceria cada vez mais coincidente com os princípios que norteiam as redes sociais, na certeza de que o CLAS não abdica de caminhar através de passos curtos mas seguros, para que o fortalecimento da coesão social seja uma realidade efetiva.

No primeiro capítulo deste plano enunciaremos a estratégia metodológica que esteve na base da sua construção. Nesse momento daremos conta dos suportes quantitativos e qualitativos que resultaram em dois eixos de intervenção prioritários e nas respetivas finalidades, apresentadas, numa fase posterior, sob a forma de Matriz de Enquadramento Lógico (MEL).

No capítulo II damos a conhecer as linhas de orientação da estratégia Portugal 2020. Trata-se de descrever, de uma forma sucinta, aqueles que serão os princípios já aprovados de uma intervenção nacional, regional e metropolitana.

Segue-se, no terceiro capítulo, a apresentação do plano propriamente dito, isto é, a apresentação de cada um dos eixos de intervenção e das respetivas matrizes de planeamento por área temática, contemplando as finalidades, os objetivos gerais e os objetivos específicos do desenvolvimento social concelhio dos próximos seis anos.

No final apresentaremos o modelo de avaliação deste plano, procedimento que se afigura de extrema importância para que a implementação vá de encontro aos objetivos propostos e para possa ser dada continuidade ao ciclo de diagnóstico e planeamento subjacente a todo este processo.

Na senda do que já fizemos no PDS anterior, optamos pela formatação de um documento dinâmico, que apresenta, no final, o plano de ação para 2015, ao mesmo tempo que deixa em aberto espaço para os planos de ação de 2016 a 2020. Trata-se de uma metodologia que, do nosso ponto de vista, não só assegura a coerência entre todos os documentos, como também permite uma leitura mais fácil e adequada daquilo que são as principais orientações concelhias. Desta feita, porém, o PDS segue a lógica dos cadernos temáticos de diagnóstico, ao ser apresentado sob a forma de versões, que serão atualizadas não apenas com os respetivos planos de ação, mas sempre que a introdução de novos conteúdos justifique uma melhoria da estratégia delineada<sup>1</sup>.

Outra novidade que podemos observar neste plano prende-se com a inclusão dos planos de ação das CSF e das CSIF, que passam a fazer parte integrante do PDS. Aliás, algumas das suas prioridades de intervenção tocam nos objetivos gerais aqui definidos, ao mesmo tempo que algumas das suas ações concorrem para o plano de ação geral.

---

<sup>1</sup> O PDS deverá contemplar, no mínimo, seis versões, correspondentes aos seis planos de ação anuais e seguirá uma numeração sequencial. Durante a vigência de um plano de ação, e desde que se justifique, poderão ser efetuadas atualizações, sendo-lhes atribuída uma numeração sequencial, separada por um ponto da numeração correspondente à versão em vigor. Assim, e a título de exemplo, a primeira versão do PDS é a 1.0, em que o 1 corresponde à versão elaborada para o plano de ação 2015 e o 0 à respetiva atualização. No atual momento da primeira atualização do documento durante este plano de ação, o PDS assume a versão 1.1., que será 1.2 no momento da sua segunda atualização. Quando o plano de ação de 2016 for aprovado, passará a configurar o número 2.0 (segunda versão), seguindo-se a mesma lógica de numeração sequencial das respetivas atualizações.

Estamos, pois, perante uma forma de planear que em tudo corresponde aos princípios de funcionamento da RS.

: Capítulo I

## **CONFIGURAÇÕES METODOLÓGICAS**

Coincidente com o momento de atualização do DS do concelho, a elaboração deste PDS não podia seguir outra estratégia metodológica que não fosse uma estratégia eclética, resultante da administração de técnicas qualitativas e quantitativas de suporte ao processo de recolha de informação, que permitisse traçar o rumo que o concelho deve seguir nos próximos seis anos.

Nos bastidores do trabalho que expomos está, desde logo, a análise quantitativa dos Censos de 2011 levados a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). Trata-se de informação que não apenas serviu de suporte à atualização dos cadernos temáticos já aprovados (e ainda dos que estão por elaborar), mas que esteve, igualmente, na ancoragem do trabalho conduzido junto dos técnicos de intervenção social e das CSF e CSIF.

E quanto a estes dois momentos, não temos dúvida em afirmar que eles compõem, em conjunto, o âmago deste plano. Por um lado, a perspetiva territorializada e de maior proximidade geográfica às necessidades das populações locais. Uma perspetiva de inegável importância e já consubstanciada no caderno de abertura da atualização do DS (CLAS, 2014: 9), no qual lhe é atribuída uma elevada importância na construção do planeamento concelhio. Por outro lado, a visão dos técnicos do concelho, aqueles a quem as pessoas diariamente recorrem na busca de uma resposta para as vulnerabilidades a que estão sujeitas. Uma visão complementar àquela primeira perspetiva, na medida em que os técnicos detêm um conhecimento específico e em rede acerca dos problemas que afetam muitas famílias, mas também acerca da forma mais ajustada e criteriosa de intervenção face aos recursos existentes.

No primeiro caso, foram incluídas no plano de ação de 2014 de todas as CFS e CSIF sessões de levantamento de necessidades e de planeamento, envolvendo de forma ativa todos os seus parceiros na corresponsabilização da estratégia definida. Estas sessões resultaram na inclusão das preocupações daqueles territórios nos vários cadernos de diagnóstico, consoante a área temática em questão, e no planeamento cruzado dos respetivos modos de intervenção, ora sob a forma de plano de ação da própria CSF e CSIF, ora sob a forma de PDS e plano de ação do CLAS, que este documento reflete.

A sua construção foi arquitetada com recurso à MEL, baseada nos problemas diagnosticados pela própria comissão. Na prática, os parceiros de cada comissão social

definiram um conjunto de ações com vista à redução do impacto dos problemas nomeados, contribuindo, desse modo, para alavancagem do PDS e para a operacionalização do plano de ação.

No segundo caso, e a exemplo do que aconteceu já em outros momentos de planeamento desenvolvidos pela RS, foram promovidos *focus-group* para atualização do DS e para a consequente definição do plano de ação a desenvolver, quer do ponto de vista estratégico (PDS 2015-2020), quer do ponto de vista operacional (Plano de Ação 2015). Desta feita, após a recolha de informação de diagnóstico assente na análise de causas e consequências dos problemas identificados, foi, em primeiro lugar, construída uma MEL para o PDS, na qual as finalidades, os objetivos gerais e os objetivos específicos correspondem à transformação simétrica, respetivamente, das consequências, dos problemas e das causas mencionadas. Sobre estas últimas, e em segundo lugar, foi desenhado um plano de ação anual, também ele com recurso à MEL e que se apresenta no final deste documento.

Tratando-se de momentos que assentaram a sua essência em técnicas qualitativas de recolha de informação, em ambos os casos o objetivo foi o de obter a perceção dos agentes sociais que operam no terreno e que melhor conhecem a expressão da realidade social, mais do que qualquer estatística possa denunciar. E sendo esta uma opção recorrente na RS de Santo Tirso, estamos seguros de que o plano que agora se apresenta se reveste de um profundo conhecimento empírico.

A juntar a estes dois momentos centrais de definição do plano, o Núcleo Executivo (NE) da RS concluiu que a necessidade de privilegiar as redes de cooperação se deve manter, no seguimento do plano de ação de 2014. Trata-se de assegurar que o dinamismo injetado durante este ano de trabalho em rede seja uma constante ao longo dos seis anos que se apresentam, criando a teia necessária à concertação social concelhia.

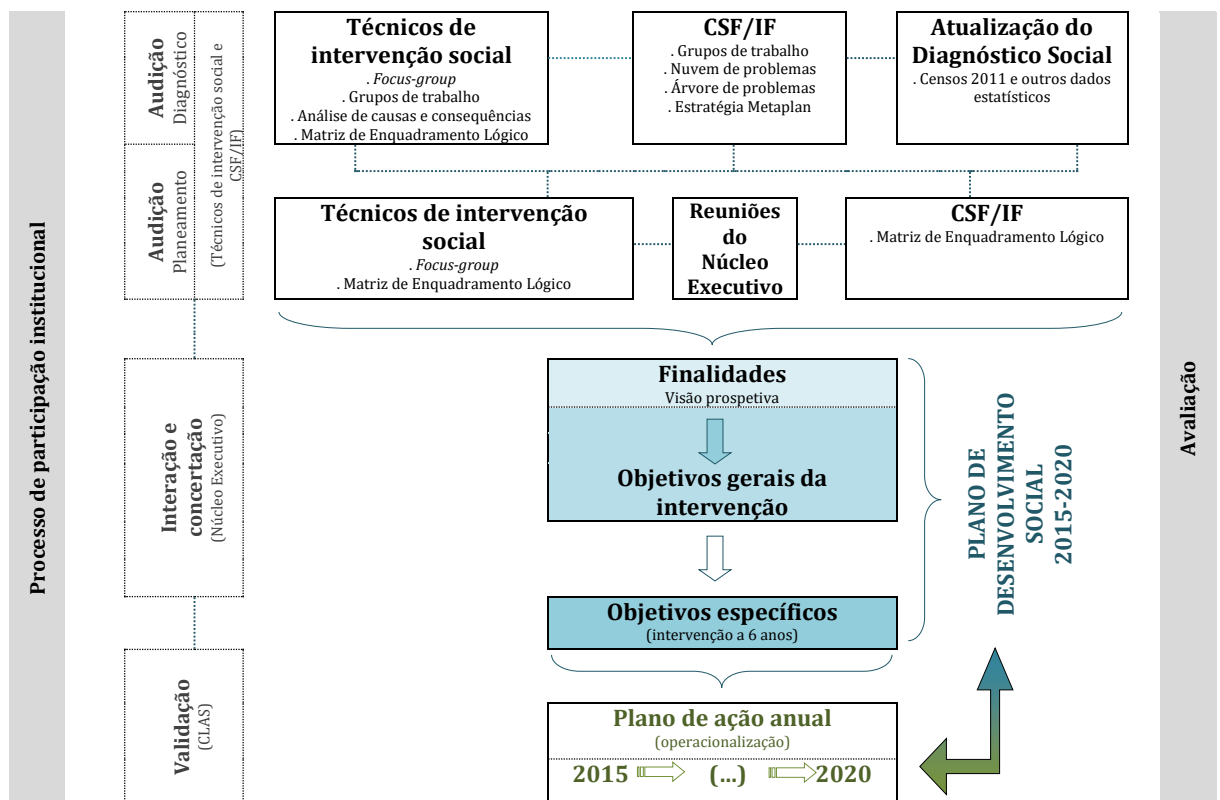
Uma vez mais, a apreciação deste plano passou, numa primeira abordagem, pela leitura crítica do NE e, num segundo momento, pela aprovação do CLAS, que, desse modo, conferiu a validade necessária à estratégia de desenvolvimento social concelhia para os próximos seis anos.

Este PDS é ainda o ponto de partida para os planos de ação anuais, de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. É o conjunto da sua execução que permitirá medir o alcance dos objetivos específicos que aqui são propostos. Para tal, será levado a cabo um plano de avaliação, que apresentaremos adiante e que permitirá reconduzir a estratégia definida em função dos resultados que vão sendo, ou não, alcançados.

A figura que se segue tenta sistematizar os contornos metodológicos que acabamos de descrever.

Figura 1

Prefiguração metodológica do PDS 2015-2020 do concelho de Santo Tirso



: Capítulo II

**UMA INCURSÃO PELA ESTRATÉGIA  
NACIONAL, REGIONAL E  
METROPOLITANA – PORTUGAL 2020**



As linhas condutoras do próximo quadro comunitário de apoio concretizadas na estratégia Portugal 2020, constituem um dos motores de arranque que o país necessita para se libertar das algemas que o mantêm acorrentado à crise económica e financeira que marca a cena internacional. Uma consulta ao sítio oficial da internet ([www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)) permite-nos obter um enquadramento desta estratégia.

Assim, estamos em condições de afirmar que nos encontramos perante um acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia em que são definidos os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial a promover entre 2014 e 2020, em harmonia com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo prosseguido pela estratégia Europa 2020.

No âmbito deste acordo foram definidos os seguintes objetivos principais:

- Estimular a produção de bens e serviços transacionáveis;
- Incrementar as exportações;
- Transferir resultados do sistema científico para o tecido produtivo;
- Cumprir a escolaridade obrigatória até aos 18 anos;
- Reduzir os níveis de abandono escolar precoce;
- Integrar as pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social;
- Promover o desenvolvimento sustentável, numa ótica de eficiência no uso dos recursos;
- Reforçar a coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade;
- Racionalizar, modernizar e capacitar a Administração Pública.

Para a operacionalização destes objetivos, a programação e a implementação da estratégia Portugal 2020 estão organizadas em quatro domínios temáticos:

- Competitividade e Internacionalização;
- Inclusão Social e Emprego;
- Capital Humano;
- Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos.

Ainda num nível mais operacional, deverão ser aprovados 16 Programas Operacionais (a que acrescem os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participará a par com outros Estados membro), a saber:

- **Programas Operacionais Temáticos no Continente:**
  - **Competitividade e Internacionalização;**
    - Eixo I: Reforço da investigação, do desenvolvimento tecnológico e da inovação;
    - Eixo II: Reforço da competitividade das PME incluindo a redução de custos públicos de contexto;
    - Eixo III: Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego;
    - Eixo IV: Promoção de transportes sustentáveis e eliminação dos estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas;
    - Eixo V: Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública;
    - Eixo VI: Assistência técnica.
  - **Inclusão Social e Emprego;**
    - Eixo 1: Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego;
    - Eixo 2: Iniciativa Emprego Jovem;
    - Eixo 3: Promover a inclusão social e combater a pobreza e a discriminação.
  - **Capital Humano;**
    - Eixo 1: Promoção do sucesso educativo, do combate ao abandono escolar e reforço da qualificação dos jovens para a empregabilidade;
    - Eixo 2: Reforço do ensino superior e da formação avançada;
    - Eixo 3: Aprendizagem, qualificação ao longo da vida e reforço da empregabilidade;
    - Eixo 4: Qualidade e inovação do sistema de educação e formação.
  - **Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos;**
    - Apoiar a transição para uma economia com baixas emissões de carbono em todos os setores;
    - Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos;
    - Proteger o ambiente e promover a eficiência dos recursos.
- **Programas Operacionais Regionais no Continente:**
  - Norte;
  - Centro;
  - Lisboa;
  - Alentejo;
  - Algarve.
- **Programas Regionais nas Regiões Autónomas:**
- **Programas de Desenvolvimento Rural:**

- 1 no Continente;
- 2 nas Regiões Autónomas (Açores e Madeira).
- Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP);
- Programa Operacional de Assistência Técnica:

No que respeita ao Programa Operacional Regional do Norte, Norte 2020 (que pode ser consultado em pormenor no sítio oficial da internet ([www.norte2020.pt](http://www.norte2020.pt))), foram definidos 10 eixos prioritários, que passamos a enumerar:

- Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;
- Competitividade das Pequenas e Médias Empresas;
- Economia de Baixo Teor de Carbono;
- Qualidade Ambiental;
- Sistema Urbano;
- Emprego e Mobilidade dos Trabalhadores;
- Inclusão Social e Pobreza;
- Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Capacitação Institucional e TIC;
- Assistência Técnica.

Já no foro metropolitano, foram definidos 8 eixos prioritários de intervenção (AMP, 2014):

- Eixo 1 – Conhecer, empreender e internacionalizar;
- Eixo 2 – Descarbonizar;
- Eixo 3 – Salvaguardar e preservar;
- Eixo 4 – Valorizar e qualificar;
- Eixo 5 – Aceder e transportar;
- Eixo 6 – Educar, qualificar e empregar;
- Eixo 7 – Incluir;
- Eixo 8 – Capacitar, cooperar e governar.

É, portanto, com este pano de fundo que partimos para o planeamento social concelhio, baseados no compromisso de promover um entroncamento entre as prioridades concelhias e as orientações definidas nos três níveis territoriais que acabamos de expor.

: Capítulo III

## **VIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SANTO TIRSO**

### **: III.i. Eixos estratégicos de intervenção**

Como dissemos antes, o PDS 2015-2020 cruza as prioridades definidas no concelho de Santo Tirso com a estratégia metropolitana de desenvolvimento regional. O pressuposto é o de que a concertação social consegue sempre melhores resultados – ou pelo menos mais aglutinadores de consenso – do que uma intervenção fragmentada, sem qualquer preocupação de trabalho em rede.

Neste encalce, foram desenhados dois eixos de intervenção, que suportam toda a estratégia delineada para os próximos seis anos e que representam, no entendimento do CLAS, o conjunto das principais necessidades do concelho. Simultaneamente, constituem um mecanismo facilitador para a integração das medidas a considerar na resolução dos problemas diagnosticados. De um modo resumido, podemos apresentar os dois eixos em questão da seguinte forma:

#### **Eixo 1. Suportes ao bem-estar e à inclusão social**

O primeiro eixo estratégico de intervenção visa proporcionar melhores condições de vida a todos os indivíduos ou famílias que, à luz do diagnóstico realizado, se encontrem em situação de pobreza, exclusão social ou particularmente vulneráveis a uma destas condições. Os objetivos e as ações enquadradas neste domínio visam, portanto, o bem-estar das populações residentes no concelho de Santo Tirso e contribuir para a inclusão social dos mais desfavorecidos. Reportamo-nos, por exemplo, à construção ou requalificação de equipamentos sociais, à criação de novas respostas sociais ou ampliação de valências já existentes, e ao atendimento e acompanhamento social, no sentido quer da prevenção, quer da reparação de situações de exclusão social. Cabem ainda neste eixo de intervenção todas as atividades que apontem no sentido da sensibilização e da responsabilização da comunidade, como fator de suporte ao bem-estar de grupos sociais em risco de exclusão.

#### **Eixo 2. Capacitação, formação e plataformas de cooperação para a coesão social**

Este eixo de intervenção engloba objetivos e ações que se prendem com a qualificação pessoal e social, seja do ponto de vista educacional, seja do ponto de vista educativo e

formativo, seja ainda do ponto de vista da empregabilidade e do empreendedorismo (social e sustentável). Concretamente, nesta estratégia cabem ações de capacitação, de qualificação e de formação que visem promover a coesão social, impulsionando maior níveis de qualidade de vida. Tendo em conta este último conceito, este eixo contempla ainda a promoção de atividades, plataformas de trabalho ou organizações em rede, capazes de contribuir para a alavancagem de parcerias de potencial interesse para o desenvolvimento social do concelho.

### **: III.ii. Planeamento a 6 anos: a estratégia 2015-2020**

Com os pressupostos metodológicos que mencionamos no capítulo II, e enquadrada nos eixos estratégicos referidos, a construção do PDS dos próximos seis anos entrou em linha de conta com as áreas prioritárias definidas no anterior plano – dando-lhes continuidade –, acrescentando ainda a problemática dos sem-abrigo, cuja visibilidade tem vindo a aumentar em resultado de fatores de crise económica que afetam muitas famílias.

A correspondência com o diagnóstico elaborado, quer pelas CSF e CSIF, quer pelos técnicos do concelho, sem esquecer a importância complementar dos números disponíveis, motivou a definição de três categorias de planeamento: finalidades, objetivos gerais e objetivos específicos. Como resultado do trabalho efetuado e já aflorado nas configurações metodológicas deste plano, não foi difícil concluir que muitas vezes as causas de determinados problemas são, em outras circunstâncias, as suas consequências. Trata-se de uma relação bilateral de causa-efeito que complexifica o enquadramento lógico daquelas três categorias e dificulta a definição clara de objetivos específicos baseados nas causas dos problemas.

Não obstante a transversalidade de que se revestem causas, problemas e consequências, ou, se preferirmos, objetivos específicos, objetivos gerais e finalidades, quer dentro de uma área estratégia, quer entre diferentes áreas, tendo em conta a análise efetuada pelos grupos-alvo da nossa recolha de informação, consideramos que as relações que ilustramos nas tabelas que se seguem são as que melhor representam a relação entre si, numa antecipação das ações necessárias à minimização do impacto dos problemas que lhes antecedem.

Por forma a facilitar a leitura e até mesmo a análise do plano, foi construída uma MEL para cada área estratégica, que passamos, de seguida, a apresentar. A leitura da matriz deve considerar uma relação múltipla entre finalidades, objetivos gerais e objetivos específicos, com uma relação variada de concorrência entre os últimos, os segundos e os primeiros. Dito de outra forma, os objetivos específicos concorrem para os objetivos gerais e estes concorrem para as finalidades, sendo múltiplos os canais desta concorrência.

Em síntese, e do ponto de vista operacional, as tabelas que se seguem representam o âmago do PDS 2015-2020 para o concelho de Santo Tirso e constituem igualmente a rampa de lançamento dos planos de ação anuais que se definirão nos próximos seis anos. A avaliação prevista do PDS permitirá compreender o alcance dos objetivos propostos.

: Tabela 1

**Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Crianças e jovens**

<b>Finalidade</b>	<b>Objetivo geral</b>	<b>Objetivo específico</b>	<b>Eixo PDS</b>
Erradicar comportamentos desviantes de crianças e jovens	Reduzir o absentismo/abandono escolares	Capacitar 80% das famílias sinalizadas e vulneráveis a potenciais sinalizações na CPCJ em competências pessoais, parentais, sociais e educativas	2
	Promover uma maior articulação entre a escola, a família e a comunidade, no que respeita à implementação de projetos, bem como à implementação de respostas especializadas	Aumentar em 50% o número de técnicos integrados em contexto escolar com formação especializada na área dos menores em risco	1
Travar a reprodução familiar de comportamentos desajustados e negligentes	Diminuir o número de sinalizações de jovens por consumo de estupefacientes	Corresponsabilizar as entidades parceiras da CPCJ e a comunidade em geral no combate ao acesso às substâncias psicoativas	1
	Reduzir as situações de violência e de maus tratos familiares a crianças e jovens	Contribuir para a redução das dificuldades económicas de 80% das famílias sinalizadas e com comprovada carência	1
Reduzir os problemas de desenvolvimento biopsicossocial de crianças e jovens	Melhorar os níveis de inserção e autonomia efetiva de jovens com medidas de autonomia de vida (acolhimento institucional)	Intervir em 30% das famílias com potencial risco de sinalização à CPCJ	1
	Aproximar o modelo educativo às necessidades das crianças e jovens	Criar um apartamento de autonomização	1
Aumentar o nível de escolaridade (sucesso escolar)	Reduzir o número de crianças negligenciadas	Dinamizar, num espaço de 1 ano, uma entidade parceira da CPCJ para criação, até final de 2016, de respostas especificamente focalizadas na intervenção familiar	1
	Alargar o número de intervenções com famílias	Dinamizar, num espaço de 1 ano, uma entidade que promova, a partir de 2017, a mediação familiar, nomeadamente em situações de divórcio/pós-divórcio	1



: Tabela 2

**Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Deficiência**

Finalidade	Objetivo geral	Objetivo específico	Eixo PDS
Promover diagnósticos e intervenções eficazes e preventivas	Facilitar o acesso a produtos de apoio nas medidas de tempo e quantidade ajustadas às necessidades	Simplificar e desburocratizar, num espaço de 1 ano, os atuais requisitos para aquisição de produtos de apoio	1
		Aumentar as vagas em CAO	1
Diminuir o desgaste dos cuidadores e famílias dos doentes	Promover o aumento da capacidade de resposta dos equipamentos sociais com intervenção na deficiência	Aumentar as vagas em resposta residencial para deficientes	1
		Aumentar em 10% as vagas de emprego protegido nas empresas do concelho	1
Melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência	Impulsionar o emprego protegido	Sensibilizar, num espaço de dois anos letivos, 100% dos agrupamentos de escolas do concelho para a importância de uma intervenção eficiente no âmbito da deficiência	1

: Tabela 3

**Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Violência doméstica**

Finalidade	Objetivo geral	Objetivo específico	Eixo PDS
Melhorar o bem-estar, a qualidade de vida e a autoestima de pessoas e famílias que sofrem ou já sofreram de violência doméstica	Romper com as situações de violência doméstica	Aumentar o número de técnicos especializados e as respostas institucionais direcionadas para a violência doméstica	1
	Combater o isolamento das vítimas de violência doméstica		1
	Travar as ocorrências resultantes de violência doméstica, nomeadamente depressões, suicídios, homicídios, problemas de saúde mental e comportamentos desviantes de crianças/jovens	Agir na prevenção primária, através da implementação de medidas concertadas que entrem em funcionamento em 2017, em todo o concelho	1
Travar a reprodução social familiar da violência doméstica	Impulsionar respostas direcionadas para os agressores	Aplicar de modo eficaz a intervenção com os agressores, até final de 2016	1
		Desenhar uma visão estratégica e concertada para o concelho na área da violência doméstica, até final de 2016	2
	Reforçar as consequências negativas da vitimização das crianças	Disponibilizar (in)formação a 80% das famílias sinalizadas acerca dos direitos das crianças e respetivo papel no seio familiar	1
	Encorajar a denúncia de atos de violência doméstica	Dinamizar, num espaço de 1 ano, uma parceria que promova uma lógica de desconstrução-construção dos modos de agir em casos de violência doméstica, envolvendo a comunidade, as escolas e os profissionais/técnicos com intervenção nesta área, a implementar no concelho	2

: Tabela 4

**Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Idosos**

Finalidade	Objetivo geral	Objetivo específico	Eixo PDS
Elevar os níveis de qualidade de vida e proteção da população sénior do concelho	Romper com situações de isolamento social da população sénior	Responsabilizar 50% das famílias de séniores isolados sinalizados na manutenção de uma retaguarda familiar ativa e presente	1
		Aumentar, em 20%, a capacidade das estruturas residenciais para idosos do concelho	1
		Aumentar as respostas de SAD e famílias de acolhimento, bem como os mecanismos de proteção socioeconómica	1
		Formar em áreas relacionadas com a população sénior, 60% dos técnicos e cuidadores de famílias e instituições envolvidas nesta área	2
		Aumentar a percentagem de aceitação dos séniores aos apoios existentes, nomeadamente em relação ao voluntariado, em 30%	1

: Tabela 5

**Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Saúde mental**

Finalidade	Objetivo geral	Objetivo específico	Eixo PDS
Promover diagnósticos e intervenções eficazes e preventivas	Incentivar a formação de cuidadores	Dinamizar, ao longo de 1 ano, um mecanismo experimental de articulação entre a saúde e a ação social, com funcionamento pleno em 2016-2017	2
	Contribuir para a (in)formação da comunidade acerca da saúde mental	Desburocratizar o processo de internamento compulsivo	1
Diminuir o desgaste dos cuidadores e famílias dos doentes	Promover a integração dos doentes no mercado de trabalho	Dinamizar uma IPSS que apresente um projeto para criação de novas estruturas de apoio na área da saúde mental	1
	Aumentar a oferta de estruturas especializadas de apoio	Formar 80% dos técnicos de intervenção social e cuidadores formais	2
Melhorar a qualidade de vida dos doentes	Tornar os processos de internamentos compulsivos eficientes	Formar/acompanhar cuidadores (informais) ou potenciais cuidadores, com intervenção na saúde mental	2
		Promover medidas, ao longo de 3 anos e em todas as freguesias do concelho, que informem e sensibilizem a comunidade em geral e as empresas para a importância da intervenção na saúde mental	1

: Tabela 6

**Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Dependências**

Finalidade	Objetivo geral	Objetivo específico	Eixo PDS
Criar condições comunitárias e sociofamiliares conducentes à diminuição da incidência dos comportamentos aditivos e dependências no concelho	Aumentar o grau de recetividade ao tratamento de pessoas com problemas de dependência de substâncias psicoativas	Implicar todos os técnicos e profissionais com intervenção concelhia nesta área no (in)sucesso dos tratamentos, através da avaliação anual dos resultados e respetiva divulgação em diferentes instâncias	2
	Corresponsabilizar os técnicos/profissionais no (in)sucesso dos resultados da intervenção efetuada	Capacitar 50% das famílias de pessoas com problemas de dependência de substâncias psicoativas sinalizadas para o desempenho de competências ajustadas à realidade e necessidades familiares	2
	Promover a integração profissional de pessoas com problemas de dependência de substâncias psicoativas em recuperação	Aumentar a responsabilidade social na área das dependências das empresas do concelho	1
	Alargar a disponibilidade e o grau de recetividade das respostas habitacionais	Dinamizar, num espaço de 1 ano, 1 parceria que promova uma lógica de desconstrução-construção dos mitos associados aos consumos, envolvendo a comunidade e as escolas, a implementar no concelho	2
	Sensibilizar a população para os riscos envolvidos nos consumos de substâncias psicoativas em geral, dando particular destaque ao consumo de álcool	Dinamizar o mercado de arrendamento disponível e sensibilizar para a importância da aceitação de pessoas com problemas de dependência de substâncias psicoativas	1
	Melhorar a saúde e o bem-estar familiar, bem como a respetiva interação em diferentes contextos (social, escolar, ...)	Criar condições para a diminuição do número de jovens com problemas ao nível dos consumos de substâncias psicoativas	Promover ações de sensibilização sobre os consumos de substâncias psicoativas junto de jovens dos ensinos básico e secundário
Criar condições para a diminuição do número de famílias com problemas ao nível dos consumos de substâncias psicoativas		Criar 1 parceria institucional e garantir o seu funcionamento efetivo, com vista à concretização de projetos integrados de prevenção	2
Aumentar as respostas habitacionais			
Sensibilizar a população para os riscos envolvidos nos consumos de substâncias psicoativas em geral, dando particular destaque ao consumo de álcool			
Reduzir a exposição de jovens a comportamentos desviantes	Promover e integrar as respostas instaladas no concelho no âmbito dos comportamentos aditivos e das dependências, em particular as respostas existentes na área da prevenção	Promover e integrar as ações do Núcleo Territorial de Santo Tirso, plataforma interinstitucional de planeamento e intervenção na área dos Comportamentos Aditivos e Dependências	2
Criar condições para a implementação do Plano Local para a redução dos comportamentos aditivos e dependências			

: Tabela 7

**Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – Sem abrigo**

Finalidade	Objetivo geral	Objetivo específico	Eixo PDS
Diminuir o sentimento de exclusão social, nomeadamente a indignidade, a mendicidade e o isolamento social de pessoas sem-abrigo	Erradicar situações de sem-abrigo, alargando a disponibilidade e o grau de recetividade das respostas habitacionais	Promover uma intervenção social eficaz com os sem-abrigo, através da dinamização de ações que façam desta área uma prioridade concelhia	1
Fomentar a estabilidade social através da redução do vandalismo, da marginalidade, da criminalidade e da ocupação de espaços ilegais	Aumentar as respostas institucionais e técnicas	Dinamizar o mercado de arrendamento disponível e sensibilizar para a importância da aceitação de sem-abrigo	1
Promover o bem-estar público, em particular no que respeita à saúde pública e à saúde dos sem-abrigo	Promover a inclusão social dos sem-abrigo no mercado de trabalho	Integrar profissionalmente 10% dos sem-abrigo sinalizados	1
		Capacitar 60% das famílias de potenciais sem-abrigo sinalizados com vista à promoção das suas competências sociais e pessoais	2

: Tabela 8

**Estratégia para o desenvolvimento social de Santo Tirso entre 2015 e 2020 – redes de cooperação**

Finalidade	Objetivo geral	Objetivo específico	Eixo PDS
	Melhorar o sistema de informação local,	Disponibilizar, através de um suporte de livre acesso, 1 base de dados a todos os parceiros do CLAS, com informação de utilidade comum	2
Fortalecer as redes de cooperação no âmbito do trabalho desenvolvido pela Rede Social de Santo Tirso	Reforçar a participação dos parceiros na construção do PDS e do PA	Alargar a participação na construção do PDS a agentes sociais de outros setores (economia, cultura, ambiente, segurança, por exemplo) com potencial interesse nas medidas a adotar	2
	Desenvolver um trabalho continuado e concertado para a definição de linhas estratégicas de intervenção nas diferentes áreas estratégicas do PDS	Criar grupos de trabalho temáticos com funcionamento permanente e semi-autónomo (sob a supervisão do NE e com facilitação do técnico da RS), até final de 2016	2
	Monitorizar os indicadores utilizados pela Rede Social na elaboração do diagnóstico	Construir 1 dispositivo de monitorização permanente de indicadores da RS e de acesso aos parceiros do CLAS, até final de 2016	2
	Promover a avaliação da Rede Social	Implementar 1 sistema de avaliação da satisfação dos parceiros do CLAS face ao trabalho desenvolvido pela Rede Social	2

**: III.iii. Projetos para o futuro**

Antes de terminarmos, deixamos ainda transparecer as necessidades existentes ao nível dos equipamentos e respostas sociais, as quais foram diagnosticadas no caderno temático respetivo (CLAS, 2014e). A elevada prioridade que lhes foi atribuída nas diferentes áreas de intervenção conduziu o grupo de técnicos de intervenção social, que participaram no *focus-group* atrás referido, a considerarem da maior relevância a nomeação, neste espaço, de todos os projetos existentes no tecido institucional concelhio. Para o efeito, recorreremos novamente à ficha de levantamento dos projetos existentes, já utilizada em momentos anteriores de planeamento. O resultado desta recolha de informação consta na tabela 9, que, deste modo, se torna o ponto de partida para a necessária criação de novos equipamentos ou respostas sociais.

: Tabela 9

**Equipamentos/Valências futuros referenciados pelos parceiros do CLAS de Santo Tirso, em abril de 2015**

Entidade	Projeto	Resposta	Capacidade
ACOD	Âncora	CAO ambulatório	10
	CRIAR (Comunicar, Reaproximar, Integrar, Autonomizar, Reabilitar)	Grupo de ajuda mútua	10
ASAS	Apartamento de autonomia de Santo Tirso	Apartamento de autonomização	4
	Casa CAFAP	CAFAP	A definir
AISTN	Alargamento do Centro de Dia	Centro de Dia	20
AIVA	SAD	SAD	A definir*
CAID	Pólo da Zona Nascente	CAO	20
	Alargamento da Residência Autónoma	Residência Autónoma	4
	Ampliação e requalificação da sala de reabilitação e zona desportiva	Reabilitação de deficientes	-
CASL	CAO	CAO	19
	CAAAPD	CAAAPD	60
	Lar Residencial	Lar Residencial + CAO	24 + 30
	Residências partilhadas para sem-abrigo	Estrutura residencial partilhada	10
CSB	Centro de Dia	Centro de Dia	40
CSPSCC	Alargamento da estrutura residencial para idosos	Estrutura residencial de idosos	4
	SAD	SAD	120
CSSR	CAO	CAO	15
	Centro de Dia	Centro de Dia	60
CSPV	Alargamento do Centro de Dia	Centro de Dia	30
	Alargamento do SAD	SAD	38
ISCMST	Unidade especializada em demências	Centro de Dia terapêutico	30
		SAD especializado	30
	Viver em autonomia	Unidade Residencial de Convalescença	36
		Residências domotizadas	24
UDSR	Centro Comunitário de Roriz	Gabinete de desenvolvimento de tecnologias de apoio	-
		Centro comunitário	120

## Legenda:

ACOD – Associação Criar Oportunidades à Deficiência; ASAS – Associação de Solidariedade e Ação Social de Santo Tirso; AISTN – Associação do Infantiário de S. Tomé de Negrelos; CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente; CASL – Casa de Acolhimento Sol Nascente; CMST – Câmara Municipal de Santo Tirso; CSB – Centro Social de Burgães; CSPSCC – Centro Social e Paroquial de Santa Cristina do Couto; CSSR – Centro Social S. Rosendo; CSPV – Centro Social e Paroquial de Vilarinho; ISCMST – Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso; CAO – Centro de Atividades Ocupacionais; CAAAPAD – Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação da Pessoa com Deficiência; CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental; SAD – Serviço de Apoio Domiciliário; UDSR – União Desportiva e Social de Roriz.

\* Em apreciação pela Segurança Social.

Entre as respostas projetadas, contam-se várias na área da deficiência, da população idosa, dos sem-abrigo, das crianças e jovens em risco e das demências. O extenso leque de projetos espelha um tecido social dinâmico e empenhado no combate à pobreza e à exclusão social, não se mostrando indiferente às dificuldades por que estão a passar inúmeras pessoas.

Mas sem retirar qualquer importância aos projetos expostos nem atribuir particular destaque a alguns deles, os dados enunciados no caderno temático ‘vulnerabilidades e recursos sociais’ (CLAS, 2014e), bem como a caracterização sociográfica da população residente com concelho evidenciada no caderno ‘recortes sociodemográficos’ (CLAS,

2014b), levam-nos a reforçar a necessidade de se alargarem as respostas para a população idosa, quer no âmbito das estruturas residenciais, quer no que reporta a centros de dia. A criação de mais vagas em cada uma destas valências vai de encontro ao envelhecimento populacional sentido e tendencial, bem como permite, em certa medida, combater o isolamento social inúmeras vezes referido como um problema a resolver. Como alternativa, a dinamização de famílias de acolhimento de idosos poderá também constituir uma aposta neste domínio, tando ainda a vantagem de poder contribuir para a redução das dificuldades financeiras de alguns agregados familiares.

Outra resposta de necessidade absolutamente inegável passa pelas valências dirigidas à população com deficiência, tanto no que toca a estruturas residenciais, como no que diz respeito a atividades ocupacionais. O alargamento das respostas existentes a este nível representa, por isso mesmo, uma necessidade prioritária no desenvolvimento social do concelho de Santo Tirso.

Por fim, considerando que a saúde mental representa uma área com crescentes necessidades e que tem motivado um elevado debate entre os técnicos do concelho, parece-nos que a criação de respostas nesta área se afigura igualmente prioritária. Os fóruns socio-ocupacionais são um exemplo dessas respostas, entre outras.

Em síntese, estamos perante claras necessidades em três domínios diferentes que reforçam a extrema importância de se implementarem os projetos supramencionados ou outros que possam emergir do tecido socioinstitucional local e que se demonstrem capazes de combater os problemas diagnosticados.

Antes de passarmos ao capítulo seguinte, uma nota apenas para indicar que em anexo disponibilizamos o conjunto de projetos e programas do ACES Grande Porto I Santo Tirso/Trofa. Desta forma, tentamos corresponder a uma necessidade diagnosticada e já descrita em outro local (CLAS, 2014f: 21), e que passa por uma maior articulação entre as áreas da saúde e da ação social. O documento em anexo contribui, assim, para um conhecimento do trabalho desenvolvido pelo ACES, evitando a duplicação de atividades e o encaminhamento de potenciais beneficiários.

## : Capítulo IV

# **SOBRE O PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO PLANO**

Qualquer trabalho de planejamento tem inerente à sua essência um processo de avaliação. Trata-se de um momento fulcral para o seu sucesso, dado que, independentemente dos

resultados parcelares das ações a implementar, só com uma monitorização e avaliação eficazes se consegue melhorar e/ou corrigir os aspetos menos positivos da sua execução.

A avaliação funciona como elo de ligação entre as várias etapas do planeamento e entre momentos distintos de planificação. Sem ela, o resultado pode ser espartilhado e comportar consequências indesejadas, como são disso exemplo os elevados custos com o tempo despendido pelos seus executantes ou os recursos financeiros injetados, que acabam por não resultar na mais-valia pretendida.

Assim, e tal como temos feito até aqui, para a avaliação deste PDS recorreremos a uma combinação estratégica, que junta a *avaliação on-going* com a *avaliação ex-post*. No primeiro caso, trata-se essencialmente de garantir uma forma de monitorizar as ações, percebendo se estão a ser executadas ou não, de que forma, quais os constrangimentos que podem ser ultrapassados e o que pode ser feito para melhorar a sua aplicabilidade. No segundo caso, o objetivo prende-se, fundamentalmente, com a medição do sucesso da sua execução, com vista à sua aplicação noutros momentos de planeamento, em particular no PDS que se seguirá. Para o efeito, serão tidos em conta critérios como a eficácia, a eficiência e o impacto, avaliados segundo uma lista de indicadores e fontes de verificação previamente definida.

O processo de avaliação é da responsabilidade da Câmara Municipal de Santo Tirso (CMST), na medida em que é a entidade que preside à RS concelhia e que tem vindo a assegurar a sua dinamização. Esta responsabilidade é, no entanto, apreciada pelo NE, que remete ainda ao CLAS a sua validação.

## : Capítulo V

# **PLANOS DE AÇÃO ANUAIS**

**: V.i. Plano de Ação para 2015**





: Tabela 10

**Plano de Ação para 2015 na área das 'crianças e jovens'**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Projeto CASA CAFAP</b>	Terminar a elaboração do projeto CASA CAFAP e apresentar candidatura a financiamento comunitário ou outro tipo de financiamento que possibilite a sua execução.	1 Projeto finalizado durante 2015; 1 candidatura apresentada durante o ano de 2015	ASAS
<b>Ações no âmbito do mês da prevenção de maus tratos na infância</b>	Promover um conjunto de atividades, durante o mês de abril, relacionadas com a prevenção de maus tratos a crianças. Dar-se-á continuidade à sensibilização que tem sido levada a cabo pela CPCJ nos últimos anos. Será levado a cabo um concurso de "laços azuis", por ciclo de ensino (pré-escolar e 1.º CEB; 2.º e 3.º CEB; secundário e profissional), para exposição nos estabelecimentos de ensino durante o mês de abril, atribuição de 3 prémios para os 3 laços mais criativos. Os laços premiados serão adotados para a criação de crachás para distribuir pela comunidade em geral. Será ainda promovida uma exposição, com contornos a definir.	100% das escolas do concelho participam no concurso; 5000 crachás distribuídos pela comunidade em geral; 1 exposição a definir.	CPCJ
<b>Mesas redondas com a comunidade educativa</b>	Dar continuidade à realização de sessões em formato 'mesas redondas' nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico e nos jardins-de-infância do concelho. Neste espaço de debate apresenta-se o funcionamento da CPCJ e sensibiliza-se para a importância de sinalizar situação de crianças em perigo, bem como o respetivo procedimento.	1 Sessão por escola em pelo menos 1 agrupamento de escolas (exceto o agrupamento Tomaz Pelayo)	CPCJ
<b>Definição de estratégias para prevenção do abandono escolar precoce da comunidade cigana</b>	Reunião entre a CPCJ, a CMST, os diretores de agrupamento, os mediadores educativos, os diretores de turma, os coordenadores de escola, a EMAT - Equipa Multidisciplinar de Assessoria aos Tribunais e o Tribunal de Família e Menores, para definição de estratégias para prevenção do abandono escolar precoce da comunidade cigana do concelho.	1 Reunião realizada até ao final de março de 2015; 1 estratégia definida até junho de 2015	CPCJ
<b>Definição de estratégias de redução dos consumos nos jovens</b>	Reunião entre a CPCJ, a CMST, o SICAD - Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências e as diversas instituições com intervenção da área das dependências, para definir estratégias de redução dos consumos nos jovens.	1 Reunião realizada até ao final de março de 2015; 1 estratégia definida até junho de 2015	CMST
<b>Diagnóstico de suporte à criação de um apartamento de autonomia</b>	Elaborar um relatório que identifique o número de casos de jovens institucionalizados que necessitem de uma resposta de continuidade, após os 18 anos de idade. Este documento deverá ainda identificar os recursos e parcerias para a criação do apartamento de autonomia. Será ainda contemplado um modelo socioeducativo para a intervenção em apartamentos de autonomização.	1 Diagnóstico elaborado até maio de 2015; 1 modelo socioeducativo de intervenção definido até maio de 2015	ASAS
<b>Qualificação do espaço físico do CAT "Renascer"</b>	Apresentar uma candidatura ao novo quadro comunitário ou qualquer outro financiamento para a execução de obras de requalificação do espaço físico do Centro de Acolhimento Temporário "Renascer". Pretende-se, com esta obra, manter a resposta deste CAT.	Qualificação do edifício concretizada até final de 2015	ASAS

: Tabela 11

**Plano de Ação para 2015 na área da 'deficiência'**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Elaboração de um documento em nome do CLAS que evidencie a necessidade de desburocratizar e aumentar as respostas de proximidade (produtos de apoio)</b>	Estabelecer os contactos necessários para criação de um grupo de trabalho que envolva as instituições com intervenção social na área da deficiência, a segurança social, a CMST e a saúde para a promoção de reuniões de concertação, tendo em vista a elaboração de um documento a apresentar e aprovar em sessão plenária do CLAS para posterior envio à Plataforma Territorial Supraconcelhia do Grande Porto, tendo em vista a desburocratização do acesso a produtos de apoio e o aumento do apoio prestado neste domínio.	1 Documento elaborado, até final junho de 2015, a remeter à PTSCGP	CLAS
<b>Alargamento de acordos de cooperação</b>	Efetuar as diligências necessárias junto da Segurança Social com vista ao alargamento do acordo de cooperação em CAO.	1 Acordo de cooperação alargado, para 15 novas vagas em CAO, até final de 2015	CASL
<b>Criação de novos CAO</b>	Efetuar as diligências necessárias junto da Segurança Social com vista à criação de novos CAO. Tendo em conta a intenção das três entidades, estão previstas 65 novas vagas (CASL - 30; CAID - 20; CSSR - 15).	3 Novos CAO até final de 2015;	CASL; CAID; CSSR
<b>Candidaturas para novas respostas residenciais</b>	Elaborar projetos para a criação de estruturas residenciais e residências autónomas. Apresentar candidaturas ao quadro comunitário de apoio. Ao todo, pretende-se criar 64 novas vagas em respostas residenciais (CAID - 4; CASL - 24; ISCMST - 36).	3 Candidaturas elaboradas até final de 2015;	CAID; CASL; ISCMST
<b>Celebração de acordo de cooperação com a Segurança Social para 1 CAAAPD</b>	Efetuar as diligências necessárias junto da Segurança Social com vista à celebração de um acordo de cooperação para um Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação de Pessoas com Deficiência.	1 Acordo celebrado até final de 2015; 1 CAAAPD implementado até final de 2015	CASL
<b>Plataforma de entendimento para integração profissional de pessoas com deficiência</b>	Estabelecer os contactos necessários, nomeadamente com a CMST, a Segurança Social, o Centro de Emprego, o ACES, a ACIST, a CAID e as empresas do concelho, para a criação de uma plataforma de entendimento. Na reunião desta plataforma deverá ser discutida a responsabilidade social das empresas e a integração profissional de deficientes.	1 Plataforma criada até final de setembro de 2015	CLAS
<b>Levantamento de necessidades para a criação de um ATL</b>	Elaborar um levantamento de necessidades no campo da deficiência, nomeadamente no que respeita à criação de centros de ocupação de tempos livres para alunos com NEE.	1 Levantamento elaborado e apresentado em CLAS até final de 2015	CAID
<b>Grupo de trabalho para sensibilização das escolas no âmbito da deficiência, envolvendo ainda os pais</b>	Efetuar as diligências necessárias com vista à criação de um grupo de trabalho que envolva instituições e escolas do concelho, bem como as associações de pais e pais de crianças e/ou jovens com deficiência. Neste grupo de trabalho deverá ser debatida a importância da plena integração, em meio escolar, de alunos com deficiência. Em resultado da constituição do grupo de trabalho será agendada uma sessão de sensibilização.	1 Grupo de trabalho criado até final de março de 2015; 1 sessão de sensibilização com todos os diretores de agrupamentos até final de agosto de 2015	CAID

: Tabela 12

**Plano de Ação para 2015 na área da 'violência doméstica'**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Resposta especializada na área da violência doméstica, através da RLIS</b>	Elaborar um projeto que permita dar continuidade aos objetivos do anterior projeto IRIS. Apresentar o projeto, sob a forma de candidatura, a financiamento proveniente da RLIS, que permita assegurar a sustentabilidade da resposta. Implementar a resposta em função do planeamento elaborado no projeto.	1 Projeto para intervenção nas vítimas de violência doméstica elaborado até final de 2015; 1 candidatura apresentada à segurança social (RLIS) até final de 2015.	ISCMST
<b>Formação nas escolas do primeiro ciclo do ensino básico, dirigidas às crianças</b>	Promover as diligências necessárias à realização de ações de formação em todas as escolas do primeiro ciclo do ensino básico do concelho. A formação deverá ser efetuada em todas as turmas. Os conteúdos ministrados incidirão sobre a prevenção primária da violência doméstica, tendo em conta as características do público-alvo.	1 Sessão em cada turma, até final de 2015; 90% das crianças que frequentam o ensino básico nas escolas do concelho obtiveram formação, até final de 2015.	ACES-UCC
<b>Formação nas escolas do pré-escolar, dirigidas às crianças (em caso de financiamento)</b>	Elaborar um projeto para implementação de ações de formação nas escolas do pré-escolar. Este projeto deverá ser alvo de uma candidatura a fundos comunitários.	1 Projeto elaborado até final de 2015; 1 candidatura apresentada até final de 2015. Outras metas a definir, de acordo com a candidatura a elaborar	ISCMST
<b>Plano estratégico de intervenção na violência doméstica</b>	Estabelecer os contactos necessários para agendamento de uma reunião de trabalho que possibilite a definição e criação de um grupo de trabalho na área da violência doméstica. Entre os parceiros a contactar, contam-se a CMST, a Segurança Social, a saúde, as forças de segurança e a Misericórdia. Na primeira reunião deverá ser definido um plano de trabalho que conduza à elaboração de um plano estratégico.	1 Grupo de trabalho criado até fevereiro de 2015, com um plano de trabalho definido; 1 plano estratégico elaborado e apresentado ao CLAS até final de 2015.	CLAS

: Tabela 13

**Plano de Ação para 2015 na área dos 'idosos'**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Preparação do Conselho Municipal Sénior</b>	Deverá ser promovida pela Rede Social uma reunião de trabalho, convidando todas as entidades do concelho que intervêm na área dos idosos, com a presença da Câmara Municipal, da Segurança Social e dos parceiros da saúde. Esta reunião poderá dar lugar a outras subsequentes, na medida em que se pretende debater a necessidade e, caso esta exista, a consequente estratégia metodológica de criação do Conselho Municipal Sénior. O grupo de trabalho poderá, neste sentido e após a primeira reunião, ser alargado a outras entidades do concelho que não pertençam ao CLAS mas que intervenham nesta área. As conclusões da(s) reunião(ões) de trabalho deverão ser comunicadas ao Núcleo Executivo e ao CLAS.	1 Reunião realizada até final de abril de 2015, com uma estratégia de trabalho definida ou com conclusões para a criação do Conselho Municipal Sénior, e com o envolvimento de 60% das entidades convidadas	CLAS
<b>Fórum sobre famílias de acolhimento de idosos</b>	Realizar um fórum aberto à comunidade sobre o tema do acolhimento de pessoas séniores. Para este fórum deverá ser convidada a estar presente, na qualidade de dinamizadora da sessão, a Segurança Social, ao nível distrital. O objetivo da promoção desta sessão passa por informar e sensibilizar a comunidade em geral para a importância do acolhimento familiar de séniores isolados ou sem retaguarda familiar e, em última instância, contribuir para o aumento do número de famílias de acolhimento no concelho. A promoção desta sessão poderá envolver a participação das CSF e das CSIF.	1 Fórum realizado até final de 2015, abrangendo 70% dos parceiros das CSF/IF e a presença de pelo menos 1 família por freguesia	CLAS (em articulação com os(as) facilitadores(as) das CSF/IF)
<b>Capacitação de técnicos e cuidadores informais no âmbito das demências, especificamente dos doentes de alzheimer e vítimas de AVC</b>	Colaborar com o projeto "Cuidar de quem cuida", apresentado à AMP e promovido pela CASTIIS – Centro de Assistência Social à Terceira Idade e Infância de Sanguêdo, com vista à realização de sessões de capacitação de técnicos das IPSS e cuidadores informais no âmbito das demências, com especial incidência nos doentes de alzheimer e vítimas de AVC. Estas sessões deverão resultar, e estão dependentes, de um protocolo de colaboração entre a CASTIIS e as instituições interessadas em participar, as quais, por sua vez, assumirão o compromisso de sinalizar um total de 10 cuidadores informais. Será realizada uma sessão para técnicos e uma para cuidadores.	1 Sessão realizada para técnicos e 1 sessão (10 momentos) realizada para cuidadores informais, até final de 2015, envolvendo, pelo menos, 5 instituições do concelho e 10 cuidadores informais.	CMST

: Tabela 14

**Plano de Ação para 2015 na área da 'saúde mental'**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Definição de orientações de intervenção da saúde mental</b>	Realizar reuniões entre a saúde pública, consulta de saúde mental do CHMA, técnicas do ACES, segurança social, ministério público, forças de segurança, ação social da CMST e representante das IPSS com intervenção na deficiência (CAID) e idosos (Misericórdia) e CRI. Estas reuniões deverão complementar o trabalho iniciado no anterior PDS, em que foi promovida pela atual diretora executiva do ACES uma sessão de esclarecimento acerca deste tema dirigida a técnicos de intervenção social. Com esta ação pretende-se melhorar a articulação entre a saúde e a ação social no âmbito da intervenção na saúde mental, bem como contribuir para a desburocratização do processo de internamento compulsivo.	1 Reunião até final de janeiro de 2015; Instruções/ orientações para intervenção na saúde mental definidas e aprovadas por todos os parceiros	CMST
<b>Projeto para unidade especializada em demências</b>	Elaboração de um projeto para criação de uma unidade especializada em demências e apresentação de uma candidatura ao quadro comunitário de apoio.	1 Projeto elaborado; 1 candidatura apresentada no próximo quadro comunitário de apoio	ISCMST
<b>Formação de técnicos de intervenção social e cuidadores formais</b>	Elaborar um plano de ação para formação de técnicos de intervenção social e cuidadores formais, realizado entre a ACES-UCC, CHMA (saúde mental), com vista à criação de grupos de formação, de acordo com as necessidades diagnosticadas e definidas em plano	1 Plano elaborado até final de março de 2015; 1 plano de ações de formação implementado em técnicos de intervenção social e cuidadores formais	CHMA (consulta de saúde mental)
<b>Formação/intervenção de/com cuidadores informais</b>	Elaborar um plano de ação para formação de cuidadores informais realizado entre a ACES-UCC, CHMA (saúde mental), com vista à criação de grupos de formação, de acordo com as necessidades diagnosticadas e definidas em plano	1 Plano elaborado até final de março de 2015; 1 plano de ações de formação e de intervenção implementadas em cuidadores informais	ACES
<b>Sessões de informação/ sensibilização sobre saúde mental</b>	Aproveitar as sessões das CSF/IF para promover a sensibilização dos parceiros relativamente à forma de intervenção da área da saúde mental, com o apoio da consulta de saúde mental do CHMA	1 Sessão por comissão social de freguesia/inter-freguesias	CLAS

: Tabela 15

**Plano de Ação para 2015 na área das 'dependências'**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Manutenção da parceria CMST-ARS Norte/CRI Porto Ocidental</b>	Desenvolver todas as diligências necessárias com vista à manutenção da parceria entre a CMST, a ARS Norte e o CRI do Porto Ocidental para a prevenção e o tratamento de pessoas com problemas de dependência de substâncias psicoativas	Núcleos Territoriais em funcionamento continuado durante 2015; 1 resposta instalada na área da prevenção universal; 1 Resposta instalada nas áreas do Tratamento e Reinserção	CMST/ARS Norte/CRI Porto Ocidental
<b>Plataforma para a responsabilidade social</b>	Reunir com diversas entidades do concelho, nomeadamente o CLAS, o ACES, a ACIST, a CMST, a Segurança Social, o Emprego e o CRI, com vista à criação de uma plataforma de entendimento que permita sensibilizar as empresas e outras instituições do concelho para a sua responsabilidade social na reinserção de pessoas com problemas de dependência de substâncias psicoativas em tratamento	1 Plataforma criada com o envolvimento do do CLAS, CRI, ACES, ACIST, CMST, Segurança Social, Emprego	CLAS
<b>Sensibilização das CSF/IF para a importância de se encontrar respostas locais</b>	Aproveitar as sessões das CSF/IF para promover a sensibilização dos parceiros relativamente à importância de se encontrem respostas, nomeadamente no que respeita ao mercado de arrendamento, para apoio a pessoas com problemas de dependência de substâncias psicoativas	1 Sessão por CSF/CSIF, até final de 2015	CLAS
<b>Reunião com CRI, UCC, CMST (ação social e educação), Segurança Social, forças de segurança, AMCHR</b>	Reunir os parceiros CMST (ação social e educação), Segurança Social, UCC, CRI, forças de segurança e AMCHR para definição de estratégias de planeamento e intervenção na área dos comportamentos aditivos e dependência	1 Reunião realizada, até final de abril de 2015; definição de 1 estratégia de intervenção	CRI/CMST

: Tabela 16

**Plano de Ação para 2015 na área dos 'sem-abrigo'**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Reforço alimentar</b>	Aproveitar a implementação do projeto "movimento zero desperdício" promovido pela CMST para reforçar o apoio alimentar dos sem-abrigo	100% dos sem-abrigo sinalizados pelas entidades de intervenção social apoiados pelo projeto, até final de 2015	CMST
<b>Assegurar a sustentabilidade da lavandaria e balneário social</b>	Desenvolver uma candidatura para contratação de um técnico, no âmbito do programa Inserção +, que coordene as respostas de lavandaria e balneário social da CVP-DST	Apresentar candidatura até final de 2015	CVP
<b>Sensibilização das CSF/IF para a importância de se encontrar respostas locais</b>	Aproveitar as sessões das CSF/IF para promover a sensibilização dos parceiros relativamente à importância de se encontrem respostas, nomeadamente no que respeita ao mercado de arrendamento, para apoio aos sem-abrigo ou potenciais sem-abrigo	1 Sessão por CSF/CSIF, até final de 2015	CLAS
<b>Estrutura residencial de apoio a sem-abrigo</b>	No seguimento do pedido de cedência de duas 'casas dos juízes' por parte da CMST ao IGFEJ, e caso a decisão seja favorável, dever-se-á celebrar um protocolo entre ambos os organismos públicos. Seguir-se-ão obras de reabilitação dos espaços, de modo a torná-los ajustados aos objetivos desta iniciativa. Será elaborado e aprovado em reunião de câmara municipal e de assembleia municipal um regulamento municipal, que defina critérios para integração de sem abrigo nesta resposta residencial. A implementação da resposta propriamente dita deverá ser antecedida de uma atualização dos seus potenciais beneficiários.	1 Estrutura residencial para sem abrigo, com regulamento municipal aprovado, criada até final de 2015; Pelo menos 10 sem abrigo ou potenciais sem-abrigo beneficiam da resposta residencial.	CMST



: Tabela 17

**Plano de Ação para 2015 na área das 'redes de cooperação'**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Grupos temáticos</b>	Constituir grupos de trabalho temáticos por cada área estratégica do PDS, o com funcionamento permanente, semi-autónomos (sob a supervisão do NE e com facilitação do técnico da RS), com vista à definição de linhas estratégicas de desenvolvimento das respetivas áreas e operacionalização do plano de ação	1 Grupo temático criado por cada área até maio de 2015	CLAS
<b>Articulação com os facilitadores das CSF/IF para debater o seu funcionamento</b>	Promover um ou mais reuniões com todos os facilitadores das CSF e das CSIF para debater o funcionamento das comissões, no sentido de se encontrarem estratégias que impulsionem a sua dinamização	1 Reunião realizada até fevereiro de 2015; 1 documento com conclusões apresentado no CLAS até final de março de 2015	CLAS
<b>Prémio de boas práticas das CSF/CSIF</b>	Elaborar um regulamento para criação e atribuição de um prémio concelhio de boas práticas às CSF ou CSIF com melhor desempenho no apoio prestado às populações no âmbito das necessidades diagnosticadas	1 Regulamento aprovado em CLAS até final de 2015	CLAS
<b>Base de dados - CLAS</b>	Criar uma base de dados com informação respeitante aos parceiros do CLAS, nomeadamente às respostas existentes, com vista à sua disponibilização numa plataforma de acesso comum	1 Base de dados criada até final de 2015	CLAS
<b>Base de dados - indicadores de diagnóstico</b>	Criação de uma base de dados com os indicadores de diagnóstico, que facilite a atualização permanente dos respetivos conteúdos, bem como uma consulta fácil a toda a informação lá introduzida	1 Base de dados criada até final de 2015	CLAS
<b>Novos cadernos temáticos: acessibilidades; ambiente; saúde</b>	Elaborar os cadernos temáticos de diagnóstico social nas áreas das acessibilidades, do ambiente e da saúde	1 Caderno por área temática aprovado em CLAS até final de 2015	CLAS
<b>Atualização de cadernos temáticos já elaborados</b>	Atualizar os cadernos temáticos das áreas da ação social, da demografia e do emprego	3 Cadernos temáticos atualizados até final de 2015	CLAS
<b>Avaliação da Rede Social</b>	Construir um instrumento de avaliação periódica da Rede Social, a aplicar a todos os parceiros do CLAS	1 Instrumento de avaliação criado até abril de 2015; aplicação do instrumento de avaliação ao CLAS até junho de 2015; relatório com resultados apresentado ao CLAS até final de 2015	CLAS

**: V.ii. Plano de ação das CSF e das CSIF para 2015**

: Tabela 18

**Plano de Ação para 2015 da CSF de Além Rio**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Ação de sensibilização sobre sem abrigo</b>	Promover a sensibilização dos parceiros relativamente à importância de se encontrem respostas, nomeadamente no que respeita ao mercado de arrendamento, para apoio aos sem-abrigo ou potenciais sem-abrigo. Esta sensibilização deverá ser integrada numa reunião plenária.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSF-AR assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Ação de sensibilização sobre saúde mental</b>	Aproveitar uma reunião plenária da comissão para promover a sensibilização dos parceiros relativamente à forma de intervenção da área da saúde mental, com o apoio da consulta de saúde mental do CHMA.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSF-AR assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Fórum aberto à comunidade sobre acolhimento familiar de idosos</b>	Participação no fórum sobre o tema do acolhimento de pessoas séniores, que contará com a presença da Segurança Social do Porto para dinamização da sessão. O objetivo da promoção destas sessões passa por informar e sensibilizar a comunidade em geral para a importância do acolhimento familiar de séniores isolados ou sem retaguarda familiar.	1 Fórum realizado até final de 2015; 70% dos parceiros da CSF-AR participam no fórum; pelo menos 1 família participa no fórum	CLAS
<b>Articulação com o "Projeto Amigo" da CMST</b>	Pretende-se desenvolver uma estreita colaboração com o "Projeto Amigo" da CMST, através, designadamente, da sua divulgação pela comunidade local, e do recrutamento de voluntários para participarem em atividades a realizar (ex: ida à discoteca, ida ao cinema, etc.). Esta articulação deverá iniciar por uma sessão de informação do projeto a promover numa das reuniões plenárias da comissão social.	1 Ação de sensibilização realizada em fevereiro de 2015; 70% dos parceiros da CSF-VL assistem à sessão de informação; Divulgação do projeto em missas até abril de 2015; 1 iniciativa organizada pela CSF-AR com o objetivo específico de divulgar o projeto; Pelo menos 4 voluntários recrutados até setembro de 2015	CMST/CSF-AR
<b>Visita da CSF-AR à CASL – Casa de Acolhimento Sol Nascente</b>	Realizar uma visita às instalações da CASL em representação da CSF-AR.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSF-AR participam na visita	CSF-AR/CASL
<b>Visita à Residência Autónoma de Areias</b>	Realizar uma visita à Residência Autónoma da CAID, em representação da CSF-AR.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSF-AR participam na visita	CAID/CSF-AR
<b>Visita dos utentes da CAID à S. Tiago</b>	Promover uma visita dos utentes da CAID à S. Tiago – Associação de Solidariedade e Ação Social de Areias.	1 Visita realizada até junho de 2015	S. Tiago/CAID
<b>Criação de parceria entre a CSF-AR, a Unidade Funcional de Areias (Centro de Saúde), PSP e as farmácias para apoio aos idosos na distribuição de medicamentos</b>	Reunir com a UFA, a PSP e as farmácias da união de freguesias para articulação na informação dos idosos sobre as respostas das farmácias e consequente implementação das mesmas. Para o efeito poder-se-á recorrer à base de dados da Rede Social dos idosos isolados.	1 Reunião com a PSP, UFA e farmácias para articulação na informação dos idosos sobre as respostas das farmácias, até final de janeiro de 2015; Idosos isolados e sinalizados informados pela PSP até maio de 2015	CSF-AR/UF Areias, Palmeira, Lama e Sequeiró
<b>"Ecolivro" – Criação de um banco de livros e material didático</b>	Criar um banco de livros e material didático para distribuição a famílias carenciadas com filhos na escola.	1 Banco criado até final de julho de 2015	CSF-AR
<b>Criação de serviços de apoio aos idosos</b>	Criar uma rede de serviços de apoio aos idosos, nomeadamente no que respeita ao transporte para tratamentos de saúde, a cuidados pessoais (higiene), à sociabilidade e a pequenas reparações (neste caso em articulação com o projeto da CMST).	Levantamento das entidades da união de freguesias que têm carrinhas disponíveis, até final de fevereiro de 2015; reunião com todas as entidades para apresentação da iniciativa, até final de março de 2015; Elaboração de proposta de regulamento até final de abril de 2015; rede de transportes a custo reduzido criada até maio de 2015	CSF-AR

: Tabela 19

**Plano de Ação para 2015 da CSIF das Arribas do Vizela**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Ação de sensibilização sobre sem abrigo</b>	Promover a sensibilização dos parceiros relativamente à importância de se encontrem respostas, nomeadamente no que respeita ao mercado de arrendamento, para apoio aos sem-abrigo ou potenciais sem-abrigo. Esta sensibilização deverá ser integrada numa reunião plenária.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-AV assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Ação de sensibilização sobre saúde mental</b>	Aproveitar uma reunião plenária da comissão para promover a sensibilização dos parceiros relativamente à forma de intervenção da área da saúde mental, com o apoio da consulta de saúde mental do CHMA.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-AV assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Fórum aberto à comunidade sobre acolhimento familiar de idosos</b>	Participação no fórum sobre o tema do acolhimento de pessoas séniores, que contará com a presença da Segurança Social do Porto para dinamização da sessão. O objetivo da promoção destas sessões passa por informar e sensibilizar a comunidade em geral para a importância do acolhimento familiar de séniores isolados ou sem retaguarda familiar.	1 Fórum realizado até final de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-AV participam no fórum; pelo menos 1 família participa no fórum	CLAS
<b>Articulação com o "Projeto Amigo" da CMST</b>	Pretende-se desenvolver uma estreita colaboração com o "Projeto Amigo" da CMST, através, designadamente, da sua divulgação pela comunidade local, e do recrutamento de voluntários para participarem em atividades a realizar (ex: ida à discoteca, ida ao cinema, etc.). Esta articulação deverá iniciar por uma sessão de informação do projeto a promover numa das reuniões plenárias da comissão social.	1 Ação de sensibilização realizada em fevereiro de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-AV assistem à sessão de informação; Divulgação do projeto em missas até abril de 2015; 1 iniciativa organizada pela CSIF-AV com o objetivo específico de divulgar o projeto; Pelo menos 4 voluntários recrutados até setembro de 2015	CMST/CSIF-AV
<b>Visita da CSIF-AV à CASL – Casa de Acolhimento Sol Nascente</b>	Realizar uma visita às instalações da CASL em representação da CSF-AV.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-AV participam na visita	CSIF-AV/CASL
<b>Visita da CSIF-AV à CAID – Cooperativa de Apoio à Integração do Deficiente</b>	Realizar uma visita às instalações da CAID, em representação da CSF-AV.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-AV participam na visita	CSIF-AV/CAID
<b>Criar uma rede de voluntariado na CSIF-AV</b>	Efetuar uma reunião entre a FNA, os Presidentes de Junta de Freguesia da CSIF-AV e a CMST com vista ao início do processo de criação de uma rede de voluntário, para apoio aos idosos isolados. Esta rede deverá dar apoio a todas as freguesias da comissão, embora a base de dados esteja centralizada na FNA, em formato acessível e disponível a todos os parceiros da CSIF-AV.	1 Rede de voluntariado criada até novembro de 2015	FNA (em articulação com os presidentes de JF)
<b>Estudo da viabilidade e necessidade de criação de um centro de convívio em Roriz</b>	Desenvolver um levantamento dos espaços disponíveis na freguesia de Roriz para possível instalação de um centro de convívio. Os resultados do levantamento deverão ser apresentados na CSIF-AV. O passo seguinte, no caso de existirem espaços disponíveis, passa por efetuar um diagnóstico das necessidades, com particular incidência na auscultação dos idosos.	1 Levantamento realizado e apresentado à CSIF-AV até junho de 2015	Presidente da JF de Roriz

: Tabela 20

**Plano de Ação para 2015 da CSF de Santo Tirso**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Ação de sensibilização sobre sem abrigo</b>	Promover a sensibilização dos parceiros relativamente à importância de se encontrem respostas, nomeadamente no que respeita ao mercado de arrendamento, para apoio aos sem-abrigo ou potenciais sem-abrigo. Esta sensibilização deverá ser integrada numa reunião plenária.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSF-ST assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Implementação do projeto "Unir Sorrisos"</b>	Desenvolver as atividades previstas no âmbito do projeto "Unir Sorrisos", da União de Freguesias de Santo Tirso, Couto (Santa Cristina e São Miguel) e Burgães, nomeadamente no que diz respeito à ceia de Natal para sem abrigo e à aquisição de brinquedos para crianças de famílias carenciadas.	1 Ação de recolha de brinquedos realizada em dezembro de 2015; 1 jantar de natal dirigido a sem-abrigo no dia 24 de dezembro de 2015.	Presidente da união de freguesias
<b>Ação de sensibilização sobre saúde mental</b>	Aproveitar uma reunião plenária da comissão para promover a sensibilização dos parceiros relativamente à forma de intervenção da área da saúde mental, com o apoio da consulta de saúde mental do CHMA.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSF-ST assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Fórum aberto à comunidade sobre acolhimento familiar de idosos</b>	Participação no fórum sobre o tema do acolhimento de pessoas séniores, que contará com a presença da Segurança Social do Porto para dinamização da sessão. O objetivo da promoção destas sessões passa por informar e sensibilizar a comunidade em geral para a importância do acolhimento familiar de séniores isolados ou sem retaguarda familiar.	1 Fórum realizado até final de 2015; 70% dos parceiros da CSF-ST participam no fórum; pelo menos 1 família participa no fórum	CLAS
<b>Articulação com o "Projeto Amigo" da CMST</b>	Pretende-se desenvolver uma estreita colaboração com o "Projeto Amigo" da CMST, através, designadamente, da sua divulgação pela comunidade local, e do recrutamento de voluntários para participarem em atividades a realizar (ex: ida à discoteca, ida ao cinema, etc.). Esta articulação deverá iniciar por uma sessão de informação do projeto a promover numa das reuniões plenárias da comissão social.	1 Ação de sensibilização realizada em fevereiro de 2015; 70% dos parceiros da CSF-ST assistem à sessão de informação; Divulgação do projeto em missas até abril de 2015; 1 iniciativa organizada pela CSF-ST com o objetivo específico de divulgar o projeto; Pelo menos 4 voluntários recrutados até setembro de 2015	CMST/CSF-ST
<b>Visita da CSF-ST à CASL - Casa de Acolhimento Sol Nascente</b>	Realizar uma visita às instalações da CASL em representação da CSF-ST.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSF-ST participam na visita	CSF-ST/CASL

: Tabela 21

**Plano de Ação para 2015 da CSIF de Vale do Leça**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Ação de sensibilização sobre sem abrigo</b>	Promover a sensibilização dos parceiros relativamente à importância de se encontrem respostas, nomeadamente no que respeita ao mercado de arrendamento, para apoio aos sem-abrigo ou potenciais sem-abrigo. Esta sensibilização deverá ser integrada numa reunião plenária.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-VL assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Ação de sensibilização sobre saúde mental</b>	Aproveitar uma reunião plenária da comissão para promover a sensibilização dos parceiros relativamente à forma de intervenção da área da saúde mental, com o apoio da consulta de saúde mental do CHMA.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-VL assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Fórum aberto à comunidade sobre acolhimento familiar de idosos</b>	Participação no fórum sobre o tema do acolhimento de pessoas séniores, que contará com a presença da Segurança Social do Porto para dinamização da sessão. O objetivo da promoção destas sessões passa por informar e sensibilizar a comunidade em geral para a importância do acolhimento familiar de séniores isolados ou sem retaguarda familiar.	1 Fórum realizado até final de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-VL participam no fórum; pelo menos 1 família participa no fórum	CLAS
<b>Articulação com o "Projeto Amigo" da CMST</b>	Pretende-se desenvolver uma estreita colaboração com o "Projeto Amigo" da CMST, através, designadamente, da sua divulgação pela comunidade local, e do recrutamento de voluntários para participarem em atividades a realizar (ex: ida à discoteca, ida ao cinema, etc.). Esta articulação deverá iniciar por uma sessão de informação do projeto a promover numa das reuniões plenárias da comissão social.	1 Ação de sensibilização realizada em fevereiro de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-VL assistem à sessão de informação; Divulgação do projeto em missas até abril de 2015; 1 iniciativa organizada pela CSIF-VL com o objetivo específico de divulgar o projeto; Pelo menos 4 voluntários recrutados até setembro de 2015	CMST/CSIF-VL
<b>Visita da CSIF-VL à CASL – Casa de Acolhimento Sol Nascente</b>	Realizar uma visita às instalações da CASL em representação da CSIF-VL.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-VL participam na visita	CSIF-VL/CASL
<b>Visita da CSIF-VL à Casa do Meio Caminho</b>	Realizar uma visita à Casa do Meio Caminho, da Associação de Moradores do Complexo Habitacional de Ringe, em representação da CSIF-VL.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-VL participam na visita	CSIF-VL/AMCHR
<b>Definição de estratégia para aumento de apoio aos idosos isolados</b>	Reunião entre a CSIF-VL, a Liga dos Amigos da Unidade de Saúde Familiar de Veiga do Leça e a CMST, para potenciar o apoio a idosos isolados, nomeadamente no âmbito dos cuidados de saúde e da rede de transportes. Na sequência desta reunião, dever-se-á incentivar a Liga dos Amigos para integrar o CLAS e a CSIF-VL.	1 Reunião realizada até fevereiro de 2015; 1 estratégia definida para potenciar o apoio a idosos isolados; integração da liga dos amigos no CLAS e na CSIF-VL, até março de 2015	CSIF-VL
<b>Elaboração e apresentação de candidatura para nova resposta residencial e CAO</b>	Elaborar projeto para a criação de uma estrutura residencial acoplada de CAO. Apresentar candidatura ao quadro comunitário de apoio. Pretende-se criar 24 novas vagas em respostas residenciais e 30 em CAO	1 Candidaturas elaborada até final de 2015	CASL

: Tabela 22

**Plano de Ação para 2015 da CSF de Vila das Aves**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Ação de sensibilização sobre sem abrigo</b>	Promover a sensibilização dos parceiros relativamente à importância de se encontrem respostas, nomeadamente no que respeita ao mercado de arrendamento, para apoio aos sem-abrigo ou potenciais sem-abrigo. Esta sensibilização deverá ser integrada numa reunião plenária.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSF-VA assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Ação de sensibilização sobre saúde mental</b>	Aproveitar uma reunião plenária da comissão para promover a sensibilização dos parceiros relativamente à forma de intervenção da área da saúde mental, com o apoio da consulta de saúde mental do CHMA.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSF-VA assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Fórum aberto à comunidade sobre acolhimento familiar de idosos</b>	Participação no fórum sobre o tema do acolhimento de pessoas séniores, que contará com a presença da Segurança Social do Porto para dinamização da sessão. O objetivo da promoção destas sessões passa por informar e sensibilizar a comunidade em geral para a importância do acolhimento familiar de séniores isolados ou sem retaguarda familiar.	1 Fórum realizado até final de 2015; 70% dos parceiros da CSF-VA participam no fórum; pelo menos 1 família participa no fórum	CLAS
<b>Articulação com o "Projeto Amigo" da CMST</b>	Pretende-se desenvolver uma estreita colaboração com o "Projeto Amigo" da CMST, através, designadamente, da sua divulgação pela comunidade local, e do recrutamento de voluntários para participarem em atividades a realizar (ex: ida à discoteca, ida ao cinema, etc.). Esta articulação deverá iniciar por uma sessão de informação do projeto a promover numa das reuniões plenárias da comissão social.	1 Ação de sensibilização realizada em fevereiro de 2015; 70% dos parceiros da CSF-VA assistem à sessão de informação; Divulgação do projeto em missas até abril de 2015; 1 iniciativa organizada pela CSF-VA com o objetivo específico de divulgar o projeto; Pelo menos 4 voluntários recrutados até setembro de 2015	CMST/CSF-VA
<b>Visita da CSF-VA à CASL – Casa de Acolhimento Sol Nascente</b>	Realizar uma visita às instalações da CASL em representação da CSF-VA.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSF-VA participam na visita	CSF-VA/CASL
<b>Visita da CSF-VA à Casa do Meio Caminho</b>	Realizar uma visita à Casa do Meio Caminho (reinserção de toxicodependentes e alcoólicos em tratamento), da AMCHR.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSF-VA participam na visita	CSF-VA/AMCHR
<b>Colocação de beneficiários RSI em ASU na Junta de Freguesia de Vila das Aves</b>	Reunir com a Segurança Social, CMST e AMCHR para analisar a viabilidade de colocar beneficiários de RSI em ASU, na Vila das Aves.	1 Reunião realizada até final de janeiro de 2015	CSF-VA
<b>Levantamento dos níveis de escolaridade da população residente na freguesia</b>	Elaborar um relatório de acordo com os Censos de 2011 com dados dos censos de 2011, do INE, respeitantes aos níveis de escolaridade da população residente na freguesia de Vila das Aves, com o objetivo de se definir uma estratégia de intervenção, em caso de necessidade, para analfabetos ou pessoas com baixa escolaridade.	1 Levantamento realizado e apresentado à CSF-VA até final de fevereiro de 2015	CLAS
<b>Estudo das acessibilidades dos edifícios de Vila das Aves</b>	Reunir com os técnicos da CMST para averiguar os estudos já existentes sobre as acessibilidades dos edifícios de Vila das Aves. Caso não existam estudos, averiguar com a autarquia a viabilidade da sua execução, bem como de possíveis formas de atuar sobre o problema.	1 Reunião com a CMST até janeiro; 1 estratégia de intervenção definida	CSF-VA
<b>Debate sobre as necessidades alimentares e respostas locais de apoio</b>	Incluir na ordem de trabalhos da próxima sessão plenária da CSF-VA um ponto dedicado às necessidades alimentares e respetivas respostas, incentivando a presença do Patronato e Casa dos Pobres de S. Miguel das Aves que possui um refeitório social.	1 Reunião realizada até final de fevereiro de 2015 com o tema proposto incluído na ordem de trabalhos; Presença de 1 representante do Patronato; Presença de 1 representante da CMST	CSF-VA

: Tabela 23

**Plano de Ação para 2015 da CSIF da Zona Nascente**

<b>Ação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Meta</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Ação de sensibilização sobre sem abrigo</b>	Promover a sensibilização dos parceiros relativamente à importância de se encontrem respostas, nomeadamente no que respeita ao mercado de arrendamento, para apoio aos sem-abrigo ou potenciais sem-abrigo. Esta sensibilização deverá ser integrada numa reunião plenária.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-ZN assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Ação de sensibilização sobre saúde mental</b>	Aproveitar uma reunião plenária da comissão para promover a sensibilização dos parceiros relativamente à forma de intervenção da área da saúde mental, com o apoio da consulta de saúde mental do CHMA.	1 Ação de sensibilização realizada até final de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-ZN assistem à ação de sensibilização	CLAS
<b>Fórum aberto à comunidade sobre acolhimento familiar de idosos</b>	Participação no fórum sobre o tema do acolhimento de pessoas séniores, que contará com a presença da Segurança Social do Porto para dinamização da sessão. O objetivo da promoção destas sessões passa por informar e sensibilizar a comunidade em geral para a importância do acolhimento familiar de séniores isolados ou sem retaguarda familiar.	1 Fórum realizado até final de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-ZN participam no fórum; pelo menos 1 família participa no fórum	CLAS
<b>Articulação com o "Projeto Amigo" da CMST</b>	Pretende-se desenvolver uma estreita colaboração com o "Projeto Amigo" da CMST, através, designadamente, da sua divulgação pela comunidade local, e do recrutamento de voluntários para participarem em atividades a realizar (ex: ida à discoteca, ida ao cinema, etc.). Esta articulação deverá iniciar por uma sessão de informação do projeto a promover numa das reuniões plenárias da comissão social.	1 Ação de sensibilização realizada em fevereiro de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-ZN assistem à sessão de informação; Divulgação do projeto em missas até abril de 2015; 1 iniciativa organizada pela CSIF-ZN com o objetivo específico de divulgar o projeto; Pelo menos 4 voluntários recrutados até setembro de 2015	CMST/CSIF-ZN
<b>Visita da CSIF-ZN à CASL – Casa de Acolhimento Sol Nascente</b>	Realizar uma visita às instalações da CASL em representação da CSIF-ZN.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-ZN participam na visita	CSIF-ZN/CASL
<b>Visita à Residência Autónoma de Areias</b>	Realizar uma visita à Residência Autónoma da CAID, em representação da CSIF-ZN.	1 Visita realizada até junho de 2015; 70% dos parceiros da CSIF-ZN participam na visita	CSIF-ZN/ CAID
<b>Dinamização do Gabinete de Inserção Profissional de Vilarinho</b>	Reunir com o IIEFP para definição de estratégias que possibilitem uma maior dinamização do GIP de Vilarinho.	1 Reunião com o Centro de Emprego do Baixo Ave, até março de 2015	Presidente da JF Vilarinho
<b>Promoção da descentralização da cantina social</b>	Reunir com as IPSS da CSIF-ZN para encontrar a entidade em melhores condições para propor a descentralização da cantina social, a propor à segurança social.	1 Reunião realizada até final de janeiro de 2015; 100% das IPSS participam na reunião; 1 entidade disponível, após concertação, para o alargamento da cantina social	CSIF-ZN
<b>Construção do polo da CAID da zona nascente</b>	Encetar os esforços necessários para iniciar as obras de adaptação do edifício da antiga junta de freguesia de S. Salvador do Campo a CAO.	Obras iniciadas em 2015, na sede da extinta junta de freguesia de S. Salvador do Campo	CAID/CMST
<b>Reunião com o ACES sobre as respostas no âmbito da saúde</b>	Reunir com a Diretora Executiva do ACES com o objetivo de demonstrar a preocupação da CSIF-ZN, em representação das suas populações, com a insuficiência de médicos e de pessoal administrativo no Centro de Saúde, com claros prejuízos para os utentes do serviço.	1 Reunião realizada até final de janeiro de 2015	Presidente da CSIF-ZN



## **: REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

Área Metropolitana do Porto (2014) – *AMP 2020 Estratégia de base territorial*. Porto: Área Metropolitana do Porto.

Bardin, Laurence (s/d) – Análise de conteúdo. Porto: Editorial Presença.

Conselho Local de Ação Social de Santo Tirso (2014) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Abertura e Enquadramento*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014a) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Recortes sociodemográficos*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014b) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Condições de habitabilidade*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014c) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Tecido educativo*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014d) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Atividade económica, emprego e formação*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014e) – *Diagnóstico Social de Santo Tirso. Cadernos temáticos. Vulnerabilidades e recursos sociais*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2014f) – *Plano de ação 2013. Relatório de avaliação ex-post*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2013) – *Plano de ação 2012. Relatório de avaliação on-going*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2011) – *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Santo Tirso 2011-2013*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2007) – *Plano de Desenvolvimento Social de Santo Tirso 2008-2009*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2005) – *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Santo Tirso 2005-2007*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2004) – *Diagnóstico Social. Concelho de Santo Tirso*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

– (2003) – *Pré-diagnóstico Social. Concelho de Santo Tirso*. Policopiado. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso e Conselho Local de Ação Social.

Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2013) – *Projeto Rede em Prática. Relatório Final da Avaliação do Programa Rede Social 2010-2012*. Lisboa: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

Instituto para o Desenvolvimento Social (2002) – *Plano de Desenvolvimento Social: Rede Social*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.

– (2001) – *Programa Rede Social*. Lisboa: Instituto para o Desenvolvimento Social.

Silva, Augusto Santos; Pinto, José Madureira (orgs.) (1987) – *Metodologia em Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

#### : Webgrafia

[www.amp.pt](http://www.amp.pt)

[www.ccdr-n.pt](http://www.ccdr-n.pt)

[www.ine.pt](http://www.ine.pt)

[www.norte2020.pt](http://www.norte2020.pt)

[www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)

## **: ANEXOS**